



## Extração e comércio da madeira no Oeste de Santa Catarina - Brasil.

Ademir Miguel Salini\* e André Luiz Onghero\*\*

\* Especialista em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Documentalista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó). Email: adesalini@unochapeco.edu.br

\*\* Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Técnico em pesquisa do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó). Email: andreo@unochapeco.edu.br

### Palabras Clave:

Oeste de Santa Catarina;  
Brasil;  
Madeira;  
Balsas;  
Rio Uruguai.

### RESUMO

O presente artigo aborda a extração madeireira realizada na região Oeste de Santa Catarina e a exportação da madeira para a Argentina, utilizando o Rio Uruguai como via de transporte. Reunindo fontes históricas diversas, procura-se tecer um panorama acerca do trabalho da extração da madeira, seu transporte, comercialização, os impactos sociais desta atividade econômica e sua relação com o processo de colonização da região durante a primeira metade do século XX.

### Keywords:

West of Santa Catarina  
State;  
Brazil;  
Wood;  
Uruguay River

### ABSTRACT

This paper aims to explain the extraction and trade of wood in West of Santa Catarina – Brazil and the exportation to Argentina, using the Uruguay River as a transport route. Bringing together various historical sources, we seek to weave an overview about the work of extraction, transportation, marketing, the social impacts of this economic activity and its relation to the process of colonization of the region during the first half of the twentieth century.



Los trabajos publicados en esta revista están bajo la licencia Creative Commons Atribución - No Comercial 2.5 Argentina.

## INTRODUÇÃO

Emitido em 1948 para o então senador Nereu Ramos, o ofício expedido pela Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA apresenta alguns dos principais elementos que caracterizaram o comércio madeireiro realizado na região Oeste de Santa Catarina durante a primeira metade do século XX.

*“[...] o comércio que se processa através do Rio Uruguai possui características próprias, inconfundíveis e difíceis de serem generalizadas ou equiparadas às de outras zonas de comércio madeireiro. Isto quer em virtude da independência do transporte, da periodicidade das cheias, da proximidade dos centros de produção, e tantos outros motivos que fazem a vida madeireira [...]”* (Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA 1948).

O presente artigo reúne diversas fontes históricas como fotografias, relatos orais, correspondências e notícias veiculadas na imprensa, procurando tecer um panorama acerca do trabalho da extração da madeira, seu transporte, a exportação para a Argentina, os impactos sociais desta atividade econômica e sua relação com o processo de colonização da região. Tem como base a monografia *“Olhos do Governo”: o Instituto Nacional do Pinho, no oeste catarinense: 1941-1966*, de Ademir Miguel Salini e os trabalhos de pesquisa e salvaguarda realizados pelo Centro de Memória do Oeste de Santa

Catarina – CEOM/Unochapecó.

Apesar deste não se constituir como um tema inédito no oeste catarinense, acerca do qual existem várias publicações de historiadores, memorialistas, jornalistas, entre outros, o presente artigo busca ampliar sua visibilidade, com a intenção de possibilitar o diálogo com pesquisadores de outras regiões, em especial, os argentinos.

## O OESTE CATARINENSE

Compreendendo a região Oeste de Santa Catarina para além de um recorte geográfico definido e acabado, como um lugar que se identifica pelas questões étnicas, culturais, políticas e socioeconômicas, emprega-se um conceito de região relacionado às pesquisas acadêmicas das décadas de 1970 e 1980, que passaram a trazer novas interpretações, como a de Cérri (1996:713), para quem *“[...] a região é uma construção antes de tudo humana, e, portanto, submetida a uma determinada historicidade.”* Ainda neste esforço de reconceituar uma determinada região, Amado (apud Paim 2011:124) afirma que esta, pode ser entendida como uma *“[...] categoria espacial, que expressa uma especificidade, uma singularidade dentro de uma totalidade: assim região configura um espaço particular, dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula.”*

Se a definição dos limites geográficos da referida região teve como marco a criação do município de Chapecó

em 1917 (figura 1), suas características populacionais remetem, conforme Poli (2006:149-150) a três fases de ocupação: indígena, cabocla e colonizadora. Esta caracterização, com base nas atividades econômicas predominantes, não significa a completa sobreposição de um grupo populacional ao outro, mas a interação, muitas vezes conflituosa e a reorganização espacial destes. A respeito deste assunto recomendamos as obras de Carbonera e Schmitz (2011), Poli (2006), Rosseto (2006), Renk (2006a, 2006b), D'Angelis (2006), Piazza (1994), Nodari (2002), Vicenzi (2008) e Werlang (2006).

### EXTRAÇÃO MADEIREIRA E COMÉRCIO PELO RIO URUGUAI

No século XX, com a chegada dos colonizadores a partir da segunda década, a madeira tornou-se um produto rentável que contribuiu definitivamente para a formação da região. Neste contexto, ao mesmo tempo em que a chegada de novos moradores trazia a necessidade de materiais para construção das moradias, galpões, igrejas, pontes e outras instalações, a própria atividade extrativa propiciava a criação de núcleos de povoamento, mesmo que temporários, além da abertura de caminhos, que também davam acesso às terras que estavam sendo comercializadas. “A cobertura vegetal original era composta por florestas subtropicais nativas. Caracterizava-se por densa mata latifoliada, de diversas espécies nativas: pinheiro (*Araucária augustifolia*), angico (*Parapiptaneaia rigida*), cedro (*Cedrela fissilis*), grapia (*Apuleia leiocarpa*), cabreúva (*Myrocarpus frondosus*), canelas preta (*Ocotea puberula* – Ness) e amarela (*Nectandra lanceolata*), erva-mate (*Ilex paraguariensis*), entre outras”. (Marchesan et al. 2008:42-43)

Na época, essa cobertura vegetal representava um grande atrativo comercial, que aliava a extração da

madeira nativa, com a possibilidade de cultivo em solo fértil, como fica evidente nos mapas utilizados para divulgação das terras a venda pelas companhias colonizadoras, empresas privadas que, através de contratos com Governo do Estado de Santa Catarina firmados na década de 1920, ficaram incumbidas de colonizar terras da região oeste, abrindo estradas, demarcando e comercializando os lotes de terra. Uma destas empresas pertenceu a Ernesto F. Bertaso, que em um dos mapas de sua empresa afirmava: “As terras do presente mappa são situadas no ponto mais importante do florescente Estado de Santa Catharina e se recommendam tanto pela sua fertilidade como pelo seu clima salubre. Pouco montanhosa, presta-se admiravelmente ao mais variado cultivo. Si assim não for, isto é, si essas terras não forem, de facto, de 1.<sup>a</sup> qualidade para o plantio de fumo, feijão, milho, trigo, etc., e, nas margens do [rio] Chapecó, também para a canna de assucar, obrigo-me a pagar a viagem a todo aquelle que as visitar. Ernesto F. Bertaso.”

Neste contexto de colonização, muitos dos povoados, que posteriormente tornaram-se municípios, tiveram sua origem em serrarias, que supriam as necessidades dos novos moradores para a construção de suas instalações e atuavam no comércio da madeira. Dentre as abundantes madeiras da região, as que despertaram maior interesse e cobiça dos colonizadores foram o cedro e o pinheiro, pela procura e valor comercial obtido com as exportações.

Na época, pouquíssimas eram as estradas transitáveis que ligavam o oeste catarinense a outros estados ou países. Diante disso, poucas eram as possibilidades de estímulo a outras formas de comércio, tornando a exportação da madeira uma das principais atividades econômicas.

Relatos de trabalhadores e de testemunhas oculares descrevem as etapas de trabalho, que exigiam muito esforço físico. A maioria dos trabalhadores realizava



Figura 1. Localização e extensão territorial do município de Chapecó entre 1917 e 1953. Editado pelos autores a partir de Freepik (2014) e IBGE (2014).

serviços braçais, eram os “peões” dos proprietários de terras e das serrarias. Alguns exerciam outras atividades e só esporadicamente participavam destas tarefas, buscando um suplemento financeiro para suas famílias. Outros entretanto, se dedicavam integralmente à atividade madeireira.

Para a derrubada das árvores, o machado e o serrote eram as principais ferramentas, uma descrição deste trabalho, realizado por caboclos, foi publicada por Aujor Ávila da Luz, originalmente em 1951.

*[...] o caboclo despende um grande esforço físico: embranha-se no mato, de machado às costas, com um saco em que leva o alimento e os apetrechos de sua cozinha rudimentar; com mais alguns companheiros e ali fica os dias necessários até completar a tarefa. Constrói com uns paus e um pouco de palha um efêmero rancho para dormir as noites*

*E, durante dias, o eco do machado cortando os grossos troncos de pinheiro, de imbuia ou de cedro, repercute no silenciar da floresta com um ritmo monótono e duro. De vez em quando uma árvore, golpeada na sua firmeza de gigante, estalando fibras que o machado não chegou a seccionar; lascando, rangindo, cai com um fragor de ciclone, quebrando galhos e arrastando na queda, enredados, os cipós que se tinham prendido a ela em busca de proteção. (Luz 1999:85).*

O transporte da madeira da área de extração até as serrarias e depois para os pontos de embarque nas encostas do Rio Uruguai foi possível principalmente por meio da tração animal, já que poucos madeireiros possuíam caminhões e raras eram as estradas que permitiam sua rodagem. A figura 2 retrata um conjunto de bois atrelados em duplas por meio de cangas, de forma a exercer tração capaz de arrastar grandes troncos de madeira. Como relata uma moradora das margens do rio Uruguai que presenciou o trabalho extrativo: “oito juntas de bois, uma atrás da outra, com aqueles correntões, traziam aquelas vigas [troncos] e botavam ali, quando o rio começava a encher eles davam um jeito rolar aquelas vigas na água e amarravam” (Nunes 2009).

O transporte da madeira destinada à exportação era

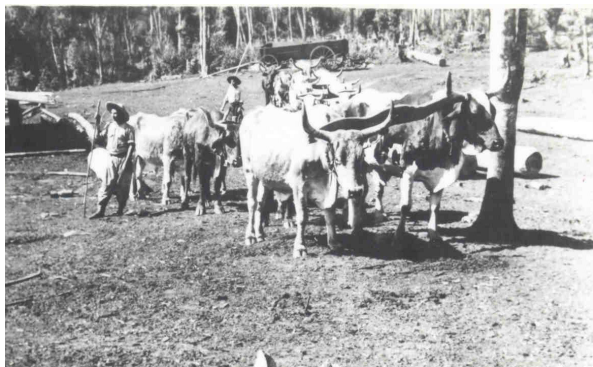


Figura 2. Animais utilizados para o transporte da madeira. Acervo: CEOM/Unochapecó.

realizado por meio da balsa, uma estrutura construída com a própria madeira a ser comercializada, dotada de aparatos que permitiam sua navegação, sempre no mesmo sentido da correnteza, mas somente quando o rio apresentasse condições adequadas, o que só ocorria em períodos chuvosos, como se observa no jornal “A Voz de Chapecó”, que em 1939 publicou: “*Há em seu leito [Rio Uruguai] inúmeras ilhas baixios e corredeiras, se encontrando também o Saltinho denominado de Nonoai, impedindo a navegação, mesmo para as embarcações de pequeno calado na época de baixa das águas, o que ocorre na maior parte do ano*”.

A preparação das balsas era realizada nas encostas do Rio Uruguai, como descreve Arestide Rodrigues, um ribeirinho que presenciou a tarefa:

*“Eles faziam balsas com as toras. Cortavam essas madeiras lá em cima, encanavam numas canaletas pro rio. Mas a canaleta por terra, no mato. Faziam valetas de um metro de fundura, em muitos lugares, onde cruzavam as toras até o rio. E iam pra água. Ai eles emparelhavam todas as toras e cortavam outras varas grossas que colocavam por cima e faziam as amarras [...]”.* (Rodrigues 2008).

Para esta tarefa eram escolhidos trechos com águas mais calmas, os chamados remansos. A figura 3 retrata os troncos amarrados com cipó formando uma balsa.

Durante todo o ano havia trabalhadores envolvidos na atividade madeireira, nos intervalos entre uma enchente e outra, dedicavam-se ao preparo e o manejo da madeira para a formação das balsas no leito do rio. Enquanto isso, os empresários do setor tratavam das negociações comerciais.

A balsa permanecia no local até o período de chuvas – a enchente – quando o nível da água subia até o “ponto de balsa”, permitindo transpor os obstáculos do percurso. Martins José de Oliveira, que atuou como balseiro na década de 1930 relata:

*“Esperavam a enchente chegar no ponto que era para soltar a madeira e quando estava no ponto de balsa eles soltavam. Com o rio cheio, viajavam até Santo Tomé, São Borja, e lá eles entregavam, vendiam a madeira e retornavam de trem por Santa Barbara ou à cavalo até*

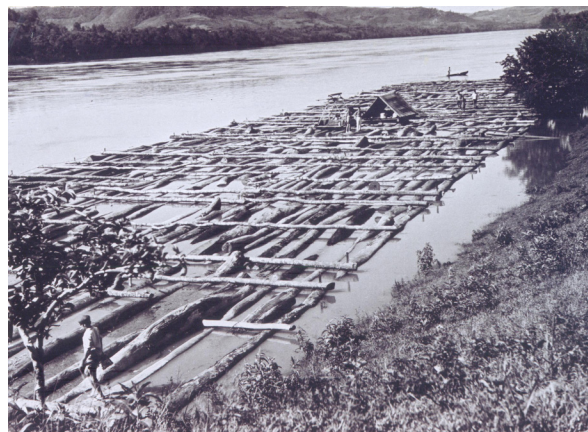


Figura 3. Balsa no Rio Uruguai. Acervo: CEOM/Unochapecó.



*aqui em Nonoai. Depois começaram a vir de caminhão [...]”*. (Oliveira 2009).

Conforme o relato de Arestide Rodrigues, “às vezes tinha balsa que chegava a 100 metros de comprimento. Só de largura tinha mais ou menos 10 metros” (Rodrigues 2008). Conduzir tal estrutura através da correnteza do rio exigia a atuação sincronizada de vários trabalhadores, chamados “peões”, que, sob o comando de um trabalhador especializado, chamado “prático”, faziam uso de remos para controlar a balsa, evitando esbarrar em obstáculos:

*“[...] com 12, 13 peões em cima, dominavam a balsa no remo. [...] O remo era um barrotinho quadrado e na ponta dele tinha uma tábuca. Então em dois pegavam, erguiam, manobravam o corpo e direcionavam a balsa com aquele remo”*. (Rodrigues 2008).

Na figura 4 pode-se visualizar a imagem de uma balsa em curso. Percebe-se o nível elevado da água, possibilitando seu deslocamento. É possível identificar a presença de alguns peões, um conjunto de três remos na parte dianteira e a cabana utilizada como abrigo durante a viagem, onde eram preparadas as refeições. A possibilidade de lucros com a comercialização da madeira motivou a instalação de muitas serrarias na região. Uma delas é apresentada na figura 5, onde trabalhadores de uma das serrarias existentes em Chapecó na década de 1950, foram retratados próximos a um motor a vapor, que movia a serra utilizada para produção de tábuas.

Na medida em que as serrarias eram instaladas, passou-se a comercializar tábuas. Para isto, uma forma específica de balsa era construída, na qual troncos de cedro eram utilizados como base – por apresentarem boa capacidade de boiar na água – coberta com tábuas, geralmente de pinheiro, as quais eram amarradas umas às outras com arame. Este tipo de balsa pode ser visualizado na figura 6.

O comércio da madeira era destinado aos portos platinos, principalmente para a República da Argentina. Com base no memorial expedido pela Cooperativa Madeireira no Vale do Uruguai LTDA, a Virgílio Gualberto, Presidente do Instituto Nacional do Pinho,

em 1948, pode-se afirmar que a madeira tinha como destino os Portos de São Xavier, Santo Thomé, Passo de los Libres, Monte Caseros e Federación, na região denominada de Baixo Rio Uruguai. Outra referência é a Câmara Madeireira do Litoral Argentino com sede na província de Concordia, a qual era responsável pela compra da Madeira retirada da região oeste catarinense. O mesmo documento aborda a importância econômica do comércio madeireiro via Rio Uruguai, tanto para o Brasil como para a Argentina:

*A produção desses estabelecimentos industriais não possui outros mercados, economicamente possíveis, que não sejam os da República Argentina, isto, dada a sua própria situação geográfica e carência de outro meio de transporte que não o próprio rio Uruguai. O Brasil possui uma produção peculiar para a zona peculiar da Argentina e a Argentina tem um setor de sua economia especializada para aproveitar o máximo nossa produção. É antieconômico para os serradeiros argentinos situados ao longo do rio Uruguai importar madeira brasileira via Atlântico e é antieconômico para o Brasil deixar de fornecer madeira para esses serradeiros via rio Uruguai [...]* (Cooperativa Madeireira no Vale do Uruguai LTDA 1948).

Entretanto, em alguns momentos, o rio também foi encarado como um obstáculo para a vida social e econômica na região, representando medo e incertezas uma vez que havia vários locais que ofereciam perigo aos balseiros.

Além disso, as chuvas poderiam variar muito de um ano para outro, o que poderia prejudicar muito a vida econômica da região, que durante aquele período era essencialmente ligada à atividade madeireira: *“Há duas, ou as vezes três, raramente quatro enchentes no ano, e as vezes não há nem uma, o que constitui uma decepção e proporciona dificuldades financeiras a certa parte da população.”* (A Voz de Chapecó 1939). O aumento das dívidas e a falta de mercadorias, alimentos, vestuários, ferramentas de trabalho, as crises geradas pela falta de chuvas e consequente impossibilidade de comercializar a madeira foram tema do romance “São Miguel” publicado por Guido Wilmar

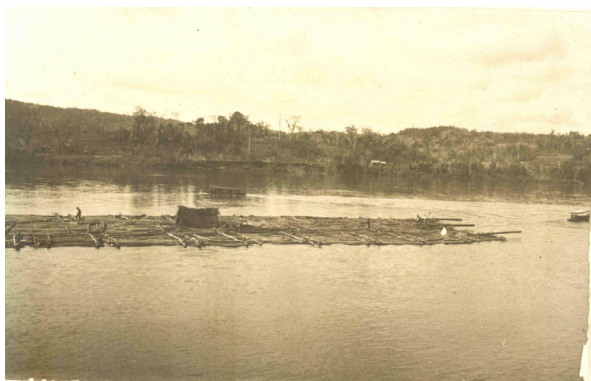


Figura 4. Balsa em época de cheia no Rio Uruguai. Acervo: CEOM/Unochapecó.

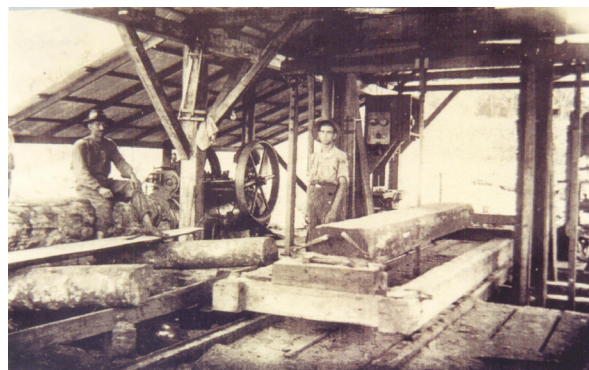


Figura 5. Serraria de Chapecó-SC na década de 1950. Acervo: CEOM/Unochapecó.



Figura 6. Balsa no Rio Uruguai. Acervo: CEOM/Unochapecó.

Sassi, analisado por Vojniak (2010:96): “*A crise atinge a todos, desde o ‘balseiro’ que está sem trabalho, até os donos das serrarias que não conseguem honrar seus compromissos com o banco. O dono da mercearia não recebe o pagamento dos devedores, porque boa parte da população dependia da economia madeireira*”.

#### MEDIDAS DE CONTROLE FISCAL

Nas primeiras décadas do século XX as derrubadas das florestas naturais, destruíam fauna e flora, sem a preocupação com o reflorestamento, como consta no livro de informações do Departamento Estadual de Estatística do estado de Santa Catarina ao município de Chapecó. “*Até pouco tempo, o pinheiro, fonte de grande riqueza do município, era cortado e, em seu lugar, nada se plantava, sendo assim, dia a dia, arrasados os pinheirais*”.

A comercialização da madeira e seus derivados para os países platinos ocorriam sem controle, como anunciado no jornal A Voz de Chapecó em 28 de maio de 1939:

*[...] como se trata de negócios, com país estrangeiro, ao passo que na capital do nosso país depois de 1930, por ação do governo federal, sempre houve restrição de cambio, em Chapecó o cambio sempre foi livre, orçando anualmente as transações por alguns milhares de réis. Assim o Brasil vende os seus produtos aos países estrangeiros e compra destes o que necessita. O pagamento tinha que ser feito pelo Banco do Brasil, obrigatoriamente, mas o rio Uruguai, ligado ao comércio de Chapecó a República da Argentina, sem fiscalização do governo Federal, burlou a exigência da lei. Tudo pela situação especial do dito rio” (Jornal A Voz de Chapecó 1939).*

Na década de 1930 algumas medidas direcionadas ao controle da atividade madeireira foram implantadas, como pode-se observar no Boletim do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Santa Catarina. “*Ao ser decretado pelo governo estadual o decreto lei 132, de 11-VI-1938, medidas enérgicas foram tomadas pelo agente florestal, e o reflorestamento está sendo feito, razoavelmente, por todos aqueles que abatem pinheiros*” (1941).

Uma ótica governamental centralizadora procurou

fazer-se presente e controlar as atividades desenvolvidas no interior brasileiro. Uma das políticas adotadas pelo governo federal brasileiro em relação à extração da madeira foi a criação do Instituto Nacional do Pinho, através de decreto-lei Nº 3.124 de 1941. Segundo Bellani (2006), foram criados oficialmente os Postos de Fiscalização e Classificação do Instituto Nacional do Pinho, pela resolução nº 10, de 3 de setembro de 1943. Cabe ressaltar que há necessidade de outros estudos específicos para aprofundar as questões legais referentes ao comércio madeireiro após a criação do Instituto Nacional do Pinho. Diante do enorme contraste social, observa-se que na região oeste catarinense a atividade não trouxe muitos ganhos aos trabalhadores da madeira. Por outro lado, os empresários da madeira, como eram chamados, nem sempre eram donos de terras ou das serrarias, mas se dedicavam às intermediações do comércio madeireiro e ligeiramente enriqueciam, a maioria à custa da exploração da madeira e da mão-de-obra dos trabalhadores locais. Subordinados às artimanhas do comércio, aos peões e pequenos proprietários restaram a pobreza e as cicatrizes deixadas pelo trabalho.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na região do Oeste Catarinense entre as décadas de 1920 e 1960, ocorreu a vinda de centenas de famílias colonizadoras oriundas do Rio Grande do Sul. Para elas a madeira foi um recurso indispensável diante da necessidade de material para construção de moradias, instalações, mobiliário e utensílios. Além disso, a atividade extrativa desempenhou um papel marcante no processo de colonização, ao possibilitar a abertura de estradas e a formação de povoados. O envolvimento da população na extração e comércio da madeira foi amplo, seja na derrubada da madeira ao meio das matas, na formação da balsas nas encostas do Rio Uruguai ou na “descida” delas pelo mesmo rio.

A atividade madeireira da região teve elementos bastante singulares, como a utilização das balsas como meio de transporte da madeira através do Rio Uruguai em épocas de cheias, possibilitando a comercialização com os países platinos.

Esperamos que esta publicação amplie o diálogo sobre o tema com outros pesquisadores, principalmente argentinos, uma vez que no oeste catarinense, as fontes disponíveis são relacionadas aos arquivos brasileiros, carecendo de informações a respeito do processo de comercialização que ocorria após a chegada das balsas nos portos argentinos.

#### BIBLIOGRAFIA

A VOZ DE CHAPECÓ.

1939. Rio Uruguai. *Jornal A Voz de Chapecó*. 28 Maio de 1939.

BELLANI, E. M.

2006. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). *Cadernos do CEOM* 23:73-97.

CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Orgs).

2011. *Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos*

- povos indígenas. Argos, Chapecó.
- CÉRRI, L. F.  
1996. Regionalismo e ensino de História. *Anais do 2º Encontro Perceptivas do ensino de História*, editado por C. M. Bitencourt. FEUSP, São Paulo.
- COOPERATIVA Madeireira do Vale do Uruguai LTDA.  
1948. Ofício expedido para o senador Nereu Ramos.
- COOPERATIVA Madeireira do Vale do Uruguai LTDA.  
1948. Memorial expedido a Virgílio Gualberto, Presidente do Instituto Nacional do Pinho.
- D'ANGELIS, W. R.  
2006. Para uma história dos índios do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM* 23: 265-343.
- EMPRESA  
Colonizadora Ernesto F. Bertaso. Planta das terras.
- FREEPIK.  
2014. *Mapa da América do Sul*. Disponível em: <[http://br.freepik.com/vetores-gratis/mapa-da-america-do-sul-vector\\_333354.html](http://br.freepik.com/vetores-gratis/mapa-da-america-do-sul-vector_333354.html)>. Acesso em: 28 Jan. 2014.
- IBGE.  
2014. *Região Sul*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/a&btn=zoomin&z=t&o=4&i=P&disp=&ver=&imgMapa.x=944&imgMapa.y=534>. Acesso em: 28 Jan. 2014.
1941. *Boletim*. Florianópolis.
- LUZ, A. A.  
1999. *Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. 2. ed. rev. Ed. da UFSC, Florianópolis.
- MARCHESAN, J. PANSERA-DE-ARAÚJO, M. C.; ARAÚJO, L. M. S.  
2008. Bens culturais e ambientais no Oeste Catarinense na perspectiva dos colonizadores. *Cadernos do CEOM* 29: 38-61.
- NODARI, E. S.  
2002. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. *Esboços* 10: 29-51.
- NUNES, M. I.; MESNEROVICZ, M. L.; MESNEROVICZ, A.  
2009. Entrevista concedida a L. A. Franceschi, M. S. Zati e M. Carbonera. Alpestre-RS. Acervo CEOM/Unochapecó.
- OLIVEIRA, M. J.  
2009. Entrevista concedida a A. L. Onghero. Nova Erechim-SC. Acervo CEOM/Unochapecó.
- PAIM, E. A.  
2006. Aspectos da Constituição Histórica da Região Oeste de Santa Catarina. *Saeculum*. 14: 121-138.
- PIAZZA, W.  
1994. *A colonização de Santa Catarina*. Lunardelli, Florianópolis.
- POLI, J.  
2006. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM* 23: 148-187.
- RENK, A.  
2006a. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. *Cadernos do CEOM* 23: 37-71.
- RENK, A.  
2006b. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. 2 ed. Argos, Chapecó.
- RODRIGUES, A.  
2008. Entrevista concedida a C. Gimenes, L. A. Franceschi e M. S. Zati. Nonoai-RS. Acervo CEOM/Unochapecó.
- SALINI, A. M.  
2013. *"Olhos do Governo": o Instituto Nacional do Pinho, no oeste catarinense: 1941-1966*. Monografia de Especialização em História Regional. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó.
- SANTOS, N.  
2005. *Balsas e Balseiros do Uruguai: reflexos e impactos para a historiografia de Nonoai*. Estampa, Nonoai.
- VICENZI, R.  
2008. *Mito e história na colonização do oeste catarinense*. Argos, Chapecó.
- VOJNIAK, F.  
2010. Literatura e história, masculinidades e feminilidades: uma leitura de São Miguel, um romance de Guido Wilmar Sassi. *Cadernos do CEOM* 33: 87-113.
- WERLANG, A. A.  
2006. *Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Argos, Chapecó.